



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DOE | DIÁRIO OFICIAL  
ELETRÔNICO**



Data de disponibilização: 14 de agosto de 2025

Edição nº 1422

|                                                                                        |                                                                     |                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| <b>LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO</b><br>PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA                  |                                                                     |                                                                    |
| <b>WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA</b><br>Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional | <b>SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ</b><br>Subprocurador-Geral Judicial | <b>VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY</b><br>Subprocurador-Geral Recursal |
| <b>EDUARDO TAVARES MENDES</b><br>Corregedor-Geral do Ministério Público                | <b>MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA</b><br>Ouvidor do Ministério Público |                                                                    |

|                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA</b><br>Lean Antônio Ferreira de Araújo<br><b>Presidente</b>                                                                     |                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                   |
| Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá<br>Dennis Lima Calheiros<br>Valter José de Omena Acioly<br>Isaac Sandes Dias<br>Maria Marluce Caldas Bezerra<br>Silvana de Almeida Abreu | Walber José Valente de Lima<br>Vicente Felix Correia<br>Denise Guimarães de Oliveira<br>Sérgio Amaral Scala<br>Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos<br>Luiz José Gomes Vasconcelos | Lean Antônio Ferreira de Araújo<br>Eduardo Tavares Mendes<br>Maurício André Barros Pitta<br>Helder de Arthur Jucá Filho<br>Neide Maria Camelo da Silva<br>Sandra Malta Prata Lima |

|                                                                                                        |                                                                                               |                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <b>CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b><br>Lean Antônio Ferreira de Araújo<br><b>Presidente</b> |                                                                                               |                                                            |
| Eduardo Tavares Mendes<br>Maurício André Barros Pitta                                                  | Lean Antônio Ferreira de Araújo<br>Isaac Sandes Dias<br>Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos | Valter José de Omena Acioly<br>Helder de Arthur Jucá Filho |

## Procuradoria-Geral de Justiça

### Atos

ATO PGJ Nº 24/2025

Regulamenta o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas, disciplina seu funcionamento e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 35, II, “a”, da Lei Complementar Estadual nº 02/90 e o art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 15/96,

CONSIDERANDO a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que trata da informatização do processo judicial e prevê, em seu art. 4º, a criação do Diário da Justiça Eletrônico;

CONSIDERANDO que sobreveio aos Atos PGJ nºs 10/2019 e 01/2020 a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), qual “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”.

CONSIDERANDO os princípios da economicidade, publicidade, acessibilidade e gratuidade do acesso à informação;

CONSIDERANDO que as publicações do Ministério Público são realizadas, por meio eletrônico, através do Diário Oficial do Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 156 da Resolução nº 281/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público;

CONSIDERANDO, ainda, no âmbito do Ministério Público de Alagoas, o Ato PGJ nº 21/2024, que instituía Política de Proteção e Governança de Dados Pessoais do MPAL;



CONSIDERANDO a necessidade de publicação sistematizada dos atos do Ministério Público do Estado de Alagoas e a responsabilidade institucional na preservação da intimidade, privacidade e dignidade dos titulares de dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas (DOE/MPAL), no âmbito da Instituição, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação de atos extraprocessuais e administrativos.

Parágrafo único. Poderá ser autorizada, excepcionalmente, a publicação de atos através da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, inclusive em formato impresso, desde que devidamente motivado e autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º O Diário Oficial Eletrônico será disponibilizado na rede mundial de computadores, no site [www.mpal.mp.br](http://www.mpal.mp.br), publicado diariamente a partir das 7h30min.

§1º Para fins de assinatura digital e posterior publicação, as matérias deverão ser cadastradas no sistema eletronicamente até as 12h para que ocorra a publicação no dia seguinte.

§2º As matérias enviadas após esse horário serão incluídas na pauta do dia subsequente.

§3º Cada edição será identificada por numeração sequencial e pela data de publicação, devendo seguir o padrão de formatação estabelecido pelo Procurador-Geral de Justiça.

§4º Não haverá publicação ordinária nos dias não úteis, nos feriados nacionais, estaduais, municipais da cidade de Maceió e no caso de suspensão do expediente no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Art. 3º Caberá ao Chefe de Gabinete assinar digitalmente, com o certificado institucional, o conteúdo de cada edição do DOE/MPAL, podendo delegar tal atribuição a servidor do Quadro de Pessoal do MPAL.

Parágrafo único. O DOE/MPAL será desenvolvido, mantido e disponibilizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), ressalvada a existência de motivos de ordem técnica.

Art. 4º O DOE/MPAL atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica, disponibilidade permanente e interoperabilidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Parágrafo único. A DTI manterá arquivo de acesso público com registro dos dias e horário sem que o DOE/MPAL não estiver disponível por motivos técnicos.

Art. 5º As publicações veiculadas no DOE/MPAL substituem qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, salvo os casos em que a lei exija modo diverso.

Art. 6º Todas as matérias a serem publicadas no DOE/MPAL deverão ser inseridas diretamente pelos membros ou servidores cadastrados, por meio da plataforma própria disponibilizada pela Instituição.

Art. 7º As matérias encaminhadas para publicação no DOE/MPAL deverão observar os princípios e fundamentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente:

- I – Finalidade clara, legítima e compatível com o interesse público;
- II – Necessidade, com uso estrito dos dados indispensáveis;
- III – Adequação do conteúdo à base legal que justifica a publicidade e o tratamento do dado pessoal;
- IV – Transparência com o titular dos dados, sempre que cabível e em conformidade com a legislação;
- V – Segurança e Prevenção, com anonimização ou pseudonimização sempre que possível.

Art. 8º Fica vedado o envio para publicação de informações que contenham dados pessoais, salvo se houver amparo em base legal específica da LGPD, decisão judicial ou autorização expressa do titular, observando-se, em qualquer caso, os princípios da



finalidade, necessidade e da adequação dos dados.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, são exemplos de dados pessoais cujo tratamento para fins de publicação exige especial cautela e fundamentação legal:

I – Nomes completos de partes não públicas ou de pessoas envolvidas em procedimentos sigilosos;

II – Endereços residenciais ou de e-mail, números de telefone;

III – Números de CPF, RG, CNH, PIS, PASEP, Título de Eleitor ou outros documentos de identificação;

IV – Dados pessoais sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da LGPD, entendido como o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Art. 9º A responsabilidade pela análise prévia de adequação à LGPD recairá sobre o órgão, membro ou servidor que elaborou o ato a ser publicado, devendo este realizar avaliação quanto à necessidade da publicação integral das informações constantes.

Parágrafo único. Compete ao órgão responsável pela elaboração do ato inserir o seu conteúdo no sistema eletrônico do MPAL, garantindo a correção, adequação e a completude dos dados submetidos.

Art. 10. Em caso de dúvidas quanto à possibilidade de publicação de conteúdo que contenha dados pessoais ou sensíveis, deverá ser consultado o Encarregado de Proteção de Dados(DPO) ou o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDAP) para orientação e análise jurídica prévia.

Art. 11. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) manterá suporte técnico para o envio e controle de matérias destinadas ao DOE/MPAL, mas não responderá pelo conteúdo, pela correção das informações ou pela legalidade das informações publicadas, cuja responsabilidade recai sobre o órgão, membro ou servidor que elaborou e encaminhou o ato.

Art. 12. Este Ato não afasta a necessidade de observância de outras normas legais e regulamentares aplicáveis à publicidade de atos oficiais e ao tratamento de dados pessoais.

Art. 13. Ficam reservados ao Ministério Público do Estado de Alagoas os direitos autorais e de publicação do DOE/MPAL, autorizada sua impressão, mas, vedada sua comercialização.

Art. 14. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização do DOE/MPAL.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Atos PGJ nº 10/2019 e nº 01/2020.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 13 de agosto de 2025.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Procurador-Geral de Justiça

#### **Despachos do Procurador-Geral de Justiça**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, DESPACHOU NO DIA 12 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 01.2023.00004025-6.

Interessado: 10º Juizado Especial Cível da Capital - TJAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento dos presentes autos.

Proc: 01.2025.00000967-4.

Interessado: 53ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.